



A sucessão familiar pela percepção de jovens alunos da Casa Familiar Rural Regional de Alpestre/RS - Brasil

Tatiane dos Santos^{1*} , Éliester Lílian Brum Balestrin Fanin² , Nain Nogára³ , Ivan Maurício Martins⁴ , Valdecir José Zonin⁵ 

RESUMO

A sucessão rural se qualifica como um processo construtivo quando o compartilhamento na tomada de decisão e no gerenciamento da propriedade envolve a participação dos jovens. O presente artigo objetiva analisar a percepção dos jovens que estudam na Casa Familiar Rural Regional de Alpestre, Rio Grande do Sul, em regime de pedagogia de alternância, sobre as possibilidades de sucessão rural em suas famílias. A metodologia utilizada para responder ao objetivo desenha-se como uma pesquisa explanatória e exploratória, com a realização de estudo de caso desenvolvido na Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Regional de Alpestre, a partir de entrevista com 60 alunos, que estudam em regime de pedagogia da alternância. Os resultados apontam que 70% dos entrevistados consideram a propriedade de sua família um potencial produtivo para desenvolver a sucessão familiar. Por outro lado, 50% entendem o diálogo como importante indicador de probabilidade de concretização do processo sucessório, aliado ao compartilhamento da tomada de decisão. Em relação às principais motivações em desenvolver a sucessão, sinalizam a qualidade de vida no meio rural, a possibilidade de ascensão financeira e a qualificação das atividades produtivas. Nesse sentido, a oportunidade de estudar na Casa Familiar Rural foi evidenciada como um motivador a mais no processo sucessório devido, a metodologia voltada a discutir as realidades rurais locais e incluir o jovem nesse debate. Concluiu-se que, na percepção dos jovens rurais amostrados, a sucessão rural mantém um processo de construção e diálogo, sendo fundamental o fortalecimento de políticas públicas potencializadoras das atividades produtivas desenvolvidas pelas propriedades rurais.

Palavras-chave: Sucessão na agricultura, Pedagogia de alternância, Juventude rural.

Family succession by the perception of young students of Regional Rural Family House of Alpestre/RS - Brazil

ABSTRACT

Rural succession qualifies as a constructive process when sharing in decision-making and property management involves the participation of young people. This article aims to analyze the perception of young people who study at Casa Familiar Rural Regional de Alpestre [Regional Rural Family House of Alpestre], Rio Grande do Sul, under the regime of alternating pedagogy, on the possibilities of rural succession in their families. The methodology used to answer the objective is designed as an explanatory and exploratory research. It was developed a case study at High School Regional Rural Family House of Alpestre, from an interview with 60 students who study in the regime of pedagogy of alternation. The results indicate that 70% of respondents consider their family's property a

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGDRS/UNIOESTE). Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental (UFFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8686-5686>. Autora correspondente: tatianeds2@hotmail.com.

² Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGDRS/UNIOESTE). Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFPR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5693-5134>.

³ Mestranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGDRS/UNIOESTE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1969-1126>.

⁴ Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGDRS/UNIOESTE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2241-3386>.

⁵ Doutor em Agronegócios pela UFRGS. Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas pela UNISINOS. Professor Efetivo no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGDRS/UNIOESTE. Professor Associado na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Programa de Pós Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental PPGCTA e curso de Agronomia, Campus Erechim RS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3021-4275>.



productive potential to develop family succession. 50% understand dialogue as an important indicator of probability of achieving the process, coupled with shared decision-making. In relation to the main motivations in developing succession, they signal the quality of life in rural areas, the possibility of financial ascension, and the qualification of productive activities. In this regard, the opportunity to study in the Rural Family House was evidenced as an additional motivator in the succession process, with the methodology aimed at discussing local rural realities and including young people in this debate. It was concluded that, in the perception of rural youth sampled, rural succession maintains a process of construction and dialogue, with the strengthening of public policies that enhance the productive activities developed by rural properties being fundamental.

Keywords: Succession in agriculture, Alternation Pedagogy, Rural Youth.

INTRODUÇÃO

O processo de discussão acerca dos caminhos da agricultura familiar aponta gargalos importantes. Por um lado, a inserção de políticas públicas que procuram fortalecer tais práticas agrícolas, objetivando a consolidação e ascensão social desta parcela social. Por outro lado, um rural cada vez mais envelhecido, com dificuldades no processo de continuidade das atividades produtivas agrícolas relacionadas à passagem geracional para os jovens agricultores.

Autores como Abramovay *et al.* (1998), Spanevello (2008), Weisheimer (2005) indicam a sucessão enquanto um processo de construção que necessita de discussão e maior protagonismo juvenil, destacando que o sucessor segue a lógica diferente do herdeiro. O sucessor é o jovem que dará sequência à propriedade, às atividades, aos modos de vida, inserindo suas particularidades, anseios e sonhos no meio rural. Já herdeiro segundo Carvalho *et al.* (2009) se enquadra na sucessão legítima da propriedade após o falecimento dos titulares.

É consenso que a agricultura familiar possui grande relevância para a produção de alimentos mais saudáveis e também para o desenvolvimento econômico local e regional, porém as dificuldades no processo sucessório acabam colocando em risco a sequência da atividade produtiva em muitas propriedades. Diversos são os desafios que contribuem para o êxodo rural destes jovens, como o acesso à terra, falta de tecnologias para o manejo da produção, falta de assistência técnica adequada, dificuldades ao acesso a créditos rurais e, ainda, a desvalorização e preconceito do trabalho juvenil (LAIOLA; RODRIGUES; GRZEBIELUCKAS, 2021).

Uma das alternativas para diminuir o êxodo rural é a qualificação dos jovens à agricultura familiar, trabalhando a realidade local. No que concerne a esse viés, foram criadas, na França, as Casas Familiares Rurais. Mais tarde, no Brasil, houve a adoção do mesmo sistema, que atualmente conta com várias casas distribuídas no país. As Casas Familiares Rurais operam através da pedagogia da alternância, na qual os jovens ficam em alternância com a escola e propriedade rural, buscando o conhecimento na escola e colocando em prática no tempo em que ficam em casa.





Diante disso, o artigo tenciona analisar a percepção dos jovens que estudam na Casa Familiar Rural Regional de Alpestre, Rio Grande do Sul (RS), em regime de pedagogia de alternância, sobre as possibilidades de sucessão rural em suas famílias. Esta pesquisa se constitui de um estudo de caso, desenvolvido na Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Regional de Alpestre-RS, com caráter exploratório e explanatório, busca explicar a causa e o efeito, relacionando a percepção dos jovens estudantes da Casa Familiar a respeito da sucessão rural. Para a realização da pesquisa, utilizou-se levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos que auxiliaram na compreensão. De acordo com Gil (2008), são ferramentas essenciais às pesquisas explanatórias.

Na perspectiva teórica, as referências para o entendimento de juventude e sucessão rural que foram usadas são: Abramovay *et al.* (1998), Carneiro (1998), Weisheimer (2005), Oliveira (2006), Spanevello (2008), Castro (2013), Troian e Breutenbach (2018), Zonin (2021) e Laiola, Rodrigues e Grzebieluckas (2021).

No tocante à localização, o estudo foi efetivado na Região Norte do estado do Rio Grande do Sul, no município de Alpestre, o qual possui 8.027 habitantes (IBGE, 2010). O município em questão faz parte do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) do Médio Alto Uruguai. A Região Médio Alto Uruguai possui características rurais, com uma participação da agropecuária na economia, havendo diversificação das atividades, sobretudo nas pequenas propriedades. Embora tendo traços geográficas de pequenas propriedades, a região conta com um microclima que possibilita várias iniciativas agrícolas. O relevo da região é acidentado, porém com recursos hídricos que propiciam implantar projetos de irrigação, estimulando a diversificação (GIRARDI *et al.*, 2007).

A Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Regional (CFR) de Alpestre, trabalha com a Pedagogia da Alternância e faz parte da Associação Regional das Casas Familiares Rurais no Sul do Brasil (ARCAFAR/SUL). Conforme Estevam (2001), a associação envolve os três estados do Sul do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A CFR é uma escola de Ensino Médio e atua na qualificação da agricultura familiar, com o foco do empreendedorismo fomentando o progresso do meio rural, a sucessão familiar, geração de renda e qualidade de vida no campo (EMATER, 2021).

A escola tem como principal objetivo qualificar os jovens e suas famílias na região, a fim de dar condições para que estes sejam agentes do processo de desenvolvimento, garantindo a sucessão da unidade de produção com qualidade de vida. Além disso, tem como intuito contribuir na formação de jovens qualificados, com visão crítica da realidade, inseridos em uma conjuntura de sustentabilidade que seja socialmente justa, ambientalmente correta e





economicamente viável. No ano de 2021, eram 95 jovens matriculados no Ensino Médio, sendo que a qualificação dos educandos resulta da articulação de tempos e espaços diferentes, alternando períodos de tempos de estudo na CFR e na unidade de produção (BOHN, 2019).

Nesse rumo, Bohn (2019) realça que são três os momentos que dinamizam o itinerário do processo educacional. O primeiro se dá na propriedade onde acontece a pesquisa e observação da realidade, o resultado é a síntese dos saberes e fazeres, é o diagnóstico de cada disciplina para elaboração do plano de estudo. No segundo momento, que ocorre no ambiente educativo, procede-se a problematização, a reflexão e a organização do saber; e o terceiro momento transcorre ao retornar à propriedade, onde os educandos aplicam o conhecimento às suas realidades, fazem experiências e novas observações, desenvolvendo competências técnicas e científicas, integrando os saberes e fazeres.

O planejamento amostral da presente pesquisa considerou o número total de alunos matriculados na CFR, 95 alunos, sendo entrevistados 60 alunos, totalizando uma amostra de 63,2%, o corte foi aleatório e considerou a disposição dos jovens em participar da pesquisa. Os jovens rurais entrevistados foram tratados com a codificação inicial A, seguida de numeral que representou a ordem em que foram entrevistados, variando de A.1 a A.60 (BARDIN, 1977).

O levantamento de dados aconteceu através de entrevistas realizadas no mês de setembro de 2021, a partir da técnica de questionário semiestruturado, com perguntas em escala de resposta psicométrica em cinco níveis (LIKERT, 1932) e abertas, que oportunizou executar o levantamento das percepções dos jovens rurais estudantes da CFR. A entrevista foi disponibilizada de maneira online, via plataforma do Google Forms. O link foi encaminhado pelo aplicativo de WhatsApp para os jovens, viabilizando a resposta online, respeitando o distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19 e seguindo os protocolos de segurança orientados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os dados foram sistematizados para análise por meio do software Microsoft Office Excel e, posteriormente, usaram-se tabelas, gráficos e quadros para visualização dos resultados obtidos.

Este trabalho se estrutura em quatro seções, a primeira se destina à introdução; a segunda aborda a juventude, a sucessão rural e a pedagogia da alternância. A terceira seção são apresentados os resultados e discussões dos dados apreciados e, por fim, as considerações finais.

JUVENTUDE RURAL E A PEGAGOGIA DA ALTERNÂNCIA





Juventude e Sucessão Rural

O termo juventude está em constante construção conceitual, sendo que alguns autores se limitam a utilizar apenas o critério de faixa etária, no entanto, destacam-se cinco diferentes abordagens que auxiliam na construção da base conceitual do termo juventude: faixa etária, ciclo de vida, sucessores, cultura ou estilo de vida e representação social (OLIVEIRA, 2006; WEISHEIMER, 2005). O Brasil adota o seguimento padrão de análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), considerando jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos, mesmo que muito criticado o uso de somente um critério para a conceitualização de um ciclo de vida tão significativo (TROIAN; BREITENBACH, 2018).

Para Castro (2013), a fase da juventude merece atenção, pois, por um longo período, pensava-se na juventude como unicamente um processo de transição, em que o jovem teria a obrigação de absorver o maior número de informações e de assimilar comportamentos para reproduzir na vida adulta. Se faz importante considerar os processos de heterogeneidade que cercam estes jovens, os ambientes tradicionais nos quais estão inseridos e as complexidades particulares. Por esses motivos, a juventude precisa ser compreendida em um contexto maior, não apenas como transição.

Quando é analisada a juventude, na agricultura familiar e dentro do cenário de sucessão, Spanevello (2008) afirma que o processo sucessório de jovens na agricultura familiar consiste na transferência do controle e gerência da propriedade para os filhos ou gerações subsequentes. Já Abramovay *et al.* (1998) salientam que a sucessão envolve a preparação para a gestão produtiva da propriedade e não deve ser confundida com divisão patrimonial.

A inserção do jovem no processo de gestão, planejamento e condução das atividades produtivas é um desafio (ZONIN, 2021). Nesse sentido, a evasão da juventude do meio rural tem um valor relevante à agricultura familiar, sendo que parcela expressiva dos jovens tem e esteve vivenciando um movimento contraditório da sucessão, servindo aos interesses das grandes corporações na concentração de renda, culminando na mudança migratória do pequeno agricultor para zonas urbanas.

Weisheimer (2005) assevera que a migração dos jovens tem se tornado rotineira na agricultura familiar. Esse afastamento do meio rural enfatiza-se principalmente pelas baixas perspectivas de crescimento agrícola. Os filhos de agricultores familiares vêm se transformando em questionadores de projetos de reprodução de modos de vida nas atividades agrícolas, lutam por padrões de vida e condições que se aproximam do modelo urbano (CARNEIRO, 1998).

Apesar das conquistas já obtidas pela juventude rural, como o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR), que visa





garantir a autonomia aos jovens rurais, oferecendo condições adequadas na permanência no campo, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf Jovem), que contribui para o acesso ao crédito do jovem no campo, ainda há necessidade de buscar políticas públicas voltadas ao campo.

Troian e Breitenbach (2018) sobrealçam que as políticas públicas direcionadas a juventude no campo devem ser orientadas e desenvolvidas com olhar de equidade entre o campo e zona urbana, visto que se tratam de pontos estratégicos e poderão possibilitar a sustentabilidade ao país. Entretanto, em decorrência do processo de envelhecimento precoce no campo, com o alto índice de evasão dos jovens, especialmente das mulheres que migram buscando conhecimento acadêmico, identifica-se a diminuição dos jovens dispostos a assumir a responsabilidade das atividades rurais.

Assim, segundo Puntel, Paiva e Ramos (2011), o processo de industrialização passou a integrar a agricultura e as agroindústrias, assumindo o controle das atividades do agricultor, deixando de lado a produção manual, que sustenta a base da agricultura familiar, e os que não aderiram ao movimento capitalista ficaram excluídos da integração agroindustrial. Frente a esse panorama, a relação econômica com a agricultura familiar dificulta a manutenção dos costumes tradicionais.

A procura por alternativas produtivas mais sustentáveis é uma das aspirações de muitos jovens, que acabam voltando às propriedades para colocar em práticas seus projetos agroecológicos, baseados na economia solidária. Embora ainda tímidas essas iniciativas já são percebidas (LAIOLA; RODRIGUES; GRZEBIELUCKAS, 2021). Puntel, Paiva e Ramos (2011) ressaltam que o espaço rural está cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola. Nesse âmbito, a juventude rural chama a atenção, podendo ser capaz de se beneficiar dessa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, necessitando de acesso à educação, informação e políticas públicas.

A Pedagogia da Alternância

Uma das possibilidades de espaços educativos no meio rural é através da pedagogia da alternância, nascida na França, em 1935. Um grupo de pessoas contava com o auxílio de um padre católico nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), com a denominação de *Maisons Familiales Rurales* (Casas Familiares Rurais), as quais tinham como objetivo evitar que os jovens saíssem do campo para estudar na cidade, estimulando a permanência deles nas áreas rurais, impedindo que ficassem nos centros urbanos para concretizar os estudos e buscar outras formas de trabalho (PIATTI, 2014).





No início, a escola em que os jovens ficavam era um espaço cedido pela paróquia, alternavam um tempo na escola e outro na propriedade da família. No período que estavam na escola, o ensino era coordenado por um técnico agrícola, já com a família, os pais eram responsáveis pelo acompanhamento das atividades dos filhos (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE, 2008). Logo a escola se expandiu, ampliando o número de jovens e, após a Segunda Guerra Mundial, a experiência foi reconhecida e divulgada pela França, dando origem aos Centros Educativos Familiares de Formação em Alternância (CEFFAs) (PIATTI, 2014).

Este método parte da conjectura de que a formação deve iniciar a partir de experiências vividas. Portilho (2008) explica que durante as duas semanas na propriedade ou no meio profissional, os estudantes realizam um plano de estudo, discutem sua realidade com a família, com os profissionais e provocam reflexões, planejam soluções e desenvolvem experiências no seu ambiente.

A pedagogia da alternância em Casas Rurais Familiares é prevista como um sistema educativo (GOWACKI; BERNARTT; TEIXEIRA, 2007). No Brasil, a legislação traz:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, em que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996, *online*).

Teixeira, Bernartt e Trindade (2008) balizam que, no Brasil, há várias experiências de educação escolar que empregam a Pedagogia da Alternância como método. As experiências mais versadas são as desenvolvidas pelas Escolas Família Agrícola (EFAs) e pelas Casas Familiares Rurais (CFRs). Gimonet (2007) mostra que existem quatro pilares no movimento mundial da Pedagogia da Alternância e CFRs. O primeiro é o associativismo, uma associação local e a gestão democrática executada pelas famílias e demais entidades envolvidas, é esta que busca alternativas para o desenvolvimento local. O segundo é a metodologia da alternância, a qual se operacionaliza pelas semanas alternadas, é o elo entre a escola e o meio socioprofissional, respeitando as características comunitárias.

Em continuidade, o terceiro é a formação integral, que tem como princípio norteador permitir o desenvolvimento pleno, voltado às necessidades do contexto do jovem e é considerado o eixo final da formação do jovem. E, por último, existe o aprimoramento do meio em relação aos aspectos sociais, econômico, humano, político e ambiental (GIMONET, 2007). A Pedagogia da Alternância se revela um sistema bastante importante, dado que atende às singularidades de cada região sem se desvincular dos princípios educativos da educação tradicional e pode trazer visibilidade para a sucessão familiar aos jovens estudantes.





UM OLHAR PARA A JUVENTUDE RURAL DA CFR

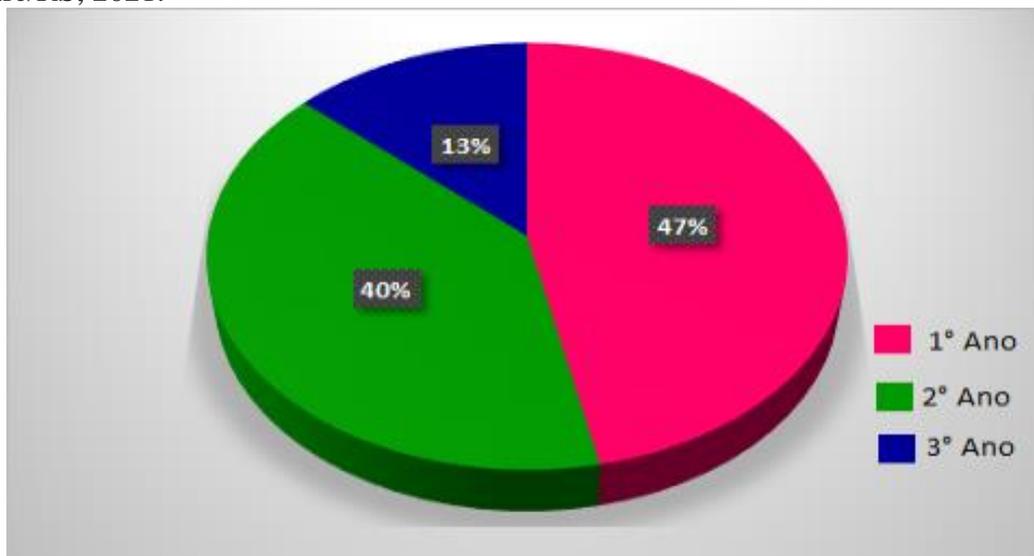
A apresentação e discussão dos resultados está organizada em três tópicos: o primeiro aborda a caracterização dos jovens, o segundo trata da sucessão familiar e o terceiro disserta acerca das percepções sobre a Casa Familiar Rural.

Caracterização dos jovens

O primeiro aspecto levado em consideração no estudo foi a caracterização inicial dos jovens amostrados. Do total de 60 jovens respondentes, houve a predominância de jovens do sexo masculino (71,7%), o sexo feminino perfaz 26,7%, sendo o percentual de 1,6% relativo à opção outro ou não especificado. Essa inferência da maioria ser do sexo masculino é corroborada com demais estudos em Casas Familiares Rurais (TEIXEIRA; ANTUNES, 2011).

Os jovens apresentavam idade entre 15 a 20 anos, sendo a média de idade 17 anos. Residiam em diversos municípios do estado do Rio Grande do Sul, a maioria (53,3%) em municípios com menos de 40 quilômetros de distância da CFR, principalmente em Alpestre, Ametista do Sul, Planalto, Nonoai, Gramado dos Loureiros e Trindade do Sul. Em relação ao ano de alternância em que os jovens estudavam, chegou-se a seguinte divisão, consoante a figura 1.

Figura 1. Ano de alternância dos jovens amostrados da Casa Familiar Rural Regional de Alpestre/RS, 2021.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os jovens matriculados no 1º ano do Ensino Médio totalizaram 47% dos amostrados; no 2º ano foram 40% dos jovens; e no 3º ano 13% dos entrevistados. O recorte amostral mais





expressivo foi de jovens que estavam chegando na CFR, com menos tempo de alternância e que experimentavam o processo e a metodologia de alternância.

A composição familiar dos jovens também foi de interesse da pesquisa. Nessa linha, atinente ao número de pessoas que residiam nas propriedades, 38,3% dos entrevistados afirmaram ser quatro pessoas; 20% disseram que residiam em cinco pessoas, a mesma porcentagem para três pessoas; 18,3% em mais de cinco pessoas; e 3,4 % em duas pessoas. Nesse cenário, evidencia-se que, provavelmente, a maioria dos estabelecimentos tinham de dois a três filhos, o que reflete na redução de mão de obra para desempenhar o trabalho no campo. Para Pieper (2014), o envelhecimento no meio rural, adicionado ao reduzido número de filhos, leva à dificuldade da manutenção da mão de obra agrícola.

Do total dos jovens, 46,6% informaram ter irmão mais novo; 21,7% indicaram ter irmão mais velho; 6,7% dos jovens eram filhos(as) únicos(as). Os dados assinalam grande parte desses jovens com potencial para serem sucessores da família. Outro dado relevante atestou que 25% dos jovens entrevistados não tinham nenhum(a) irmão(ã) residindo oficialmente com os pais na propriedade. Destes, observou-se que 23,3% saíram da propriedade em busca de trabalho; 5% casaram-se; 6,7% foram para outra cidade, em razão de estudos; 6,7% adquiriam outra propriedade; e 58,3% apontaram outros motivos, como residir na mesma propriedade, contudo em outra residência, trabalhar na sua própria empresa, escolha pessoal e por não gostar da agricultura.

No que tange ao tamanho das propriedades em que residiam os jovens, 43,3% comunicaram de menos de 10 hectares; 20% disseram que era de 10 a 20 hectares; e 36,7% de 20 a 40 hectares. Desse modo, quanto à extensão da área das propriedades, percebe-se que todos indicaram até dois módulos fiscais, com atividades e fontes de renda diversificadas conforme o Figura 2.

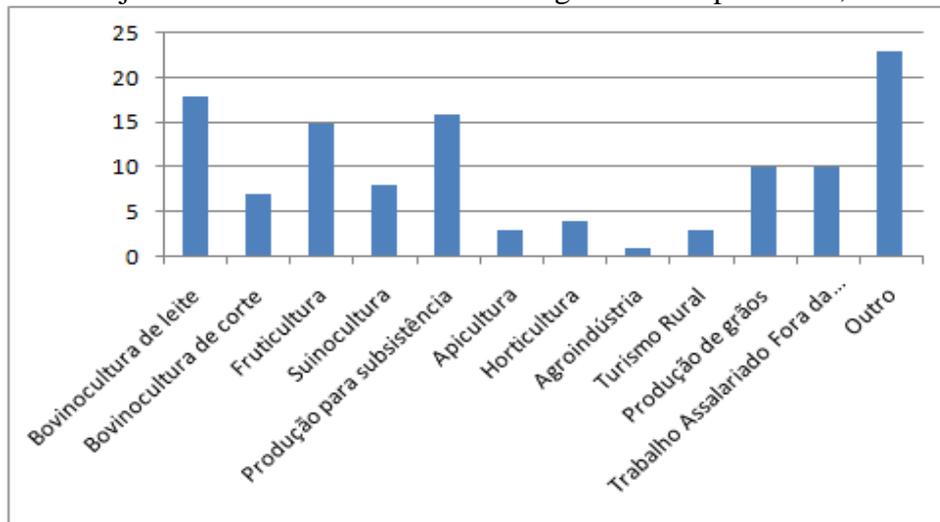
Brumer (2000) reitera que a permanência dos filhos na atividade agrícola submete-se as categorias (econômicas e sociais) familiares. Nesse quadro, entre os jovens amostrados, as cinco atividades produtivas mais citadas (além das mencionadas como outras) foram: bovinocultura de leite, produção para subsistência, fruticultura, produção de grãos e trabalho assalariado fora da propriedade.

Entre os jovens entrevistados, na categoria outras fontes de renda, houve presença de membros de família que não estava vinculada às atividades agrícolas, e sim a empregos na cidade. Havia familiares trabalhando em garimpos, como servidores públicos, como caminhoneiro, em salão de beleza, como garçons, em empresas próprias e na construção civil.





Figura 2. Principais atividades produtivas (fonte de renda) desenvolvidas em propriedades em que residem os jovens da Casa Familiar Rural Regional de Alpestre/RS, 2021.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Em relação aos aspectos financeiros que envolviam os estudantes, a maioria (63,3%), quando precisava de dinheiro, solicitava aos pais e era atendida. Ainda, 16,7% dos jovens recebiam uma porcentagem dos resultados financeiros provenientes da propriedade; 10% recebiam pró-labore fixo mensal; e 10% quando necessitava de dinheiro, solicitavam aos pais, mas informaram que não eram atendidos.

Quando questionados se consideravam que a agricultura estava sendo uma opção viável para sua família nos últimos anos, 43,3% concordaram; 20% concordaram totalmente, o que denota que a maioria via a agricultura com uma opção plausível para sua família. Referente a essa questão, 28,4 não concordaram e nem discordaram; e 8,3% discordam. Nessa esfera, verifica-se que a sucessão familiar pode ganhar espaço dentre esses jovens.

Os Jovens e a Sucessão familiar

A sucessão familiar foi um dos principais pontos observados na pesquisa, com o objetivo de assimilar a percepção dos jovens a respeito do processo de sucessão em suas propriedades. Analisando a sucessão em conformidade com Spanevello (2008), enquanto um processo de passagem da gestão dos empreendimentos rurais da família para os jovens, o levantamento de dados mostrou que 70% dos jovens entrevistados consideravam que a propriedade de sua família tem potencial produtivo para oportunizar a sucessão familiar, como expõe a Tabela 1.





Tabela 1. Relação família e sucessão familiar sob a percepção de jovens amostrados da Casa Familiar Rural Regional de Alpestre, 2021.

Questões	Respostas*					Total
	5	4	3	2	1	
1. A propriedade da sua família tem potencial produtivo para oportunizar a sucessão familiar?	20%	50%	25%	3,3%	1,7%	100%
2. Sua família possui outro potencial sucessor além de você?	6,7%	38,3%	28,3%	21,7%	5%	100%
3. Você e sua família estão discutindo o processo de sucessão familiar e construindo essa transição?	5%	45%	36,7%	8,3%	5%	100%
4. A família trabalha para que seus filhos deem continuidade na propriedade?	16,7%	48,2%	21,7%	11,7%	1,7%	100%
5. A sua família lhe dá incentivo para continuar na propriedade?	18,3%	53,3%	15%	6,7%	6,7%	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

*Respostas baseadas na escala de Likert (1932): 5 – Concordo totalmente; 4 – Concordo; 3 – Não concordo nem discordo; 2 – Discordo; 1 – Discordo totalmente; NR – não respondeu

A análise do potencial produtivo é um indicativo relevante no processo sucessório, pois espera-se uma relação positiva entre o potencial produtivo e a sucessão, hipótese que foi ratificada com as respostas dos jovens. Na sequência, sobre existir outro potencial sucessor na propriedade, 45% dos jovens afirmaram ter essa possibilidade. Acerca da pertinência do diálogo familiar no processo de sucessão 50% dos jovens consideraram fundamental. Referente à percepção do processo da continuidade da sucessão da família, 64,9% consideram importante. E, quanto ao incentivo dado pela família a continuidade na propriedade, 71,6% afirmam ter o incentivo.

A participação dos jovens no processo de tomada de decisão é sublinhada por Espíndola (2002). Para ele, em muitos momentos, a juventude rural é excluída do processo de pensar o contexto rural, todavia é possível levar em conta os jovens como sujeitos de desenvolvimento. No decorrer do processo de tomada de decisões, os jovens exibem maior capacidade de agregar mudanças e inovações nas propriedades rurais, esse fato relaciona-se com o maior nível de escolaridade, maior curiosidade e domínio das tecnologias com acesso à informação instantânea.

Nesse sentido, os jovens foram interrogados relativamente à participação do processo de gestão da propriedade, resultando em: 56,7% dos respondentes indicaram participar do processo. Quanto, ao processo de tomada de decisão, 48,3% dos jovens declararam que as decisões são tomadas por todos os membros da família e todas as opiniões são consideradas. Breitenbach e Corazza (2019) notabilizam em estudo, no qual analisaram os prismas de sucessão familiar na agricultura dos jovens rurais, estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), *Campus Sertão*, que quanto mais os jovens





estão inseridos nas atividades gerenciais e operacionais da propriedade, mais chance de se tornarem tomadores de decisão e sucessores na unidade de produção.

A sucessão familiar não é um processo que se define em curto prazo, exige planejamento, diálogo e, acima de tudo, interesse de ambas as partes (pais e filhos) para que o processo se concretize. Quando os jovens foram questionados se a família trabalhava para que seus filhos dessem continuidade na propriedade, 65% dos jovens asseveraram que sim; concernente a se a família dava incentivo para continuar na propriedade, 71,6% asseguraram que a família buscava incentivar a sucessão na propriedade.

De outro modo, averiguaram-se os motivos que estimulavam os jovens a permanecerem na propriedade. A respeito desses pontos, algumas externalizações se destacaram: “Melhor qualidade de vida” (A. 4); “O que me motiva a ficar na propriedade é o amor pelo campo, as oportunidades de crescimento pessoal e profissional e a vontade de ir além com a propriedade” (A. 8); “Ter voz na propriedade, além de ter uma ótima qualidade de vida, incluído as motivações” (A. 11); “A qualidade de vida, sucessão familiar, trajetória de gerações, (história, filosofia)” (A. 23); “Ser um empreendedor e não um empregado” (A. 44); “Ficar perto dos meus pais, cuidar da propriedade e ter continuidade dos trabalhos” (A. 57).

Dentre as principais motivações enfatizadas pelos jovens, referiram: a qualidade de vida no meio rural; a possibilidade de produção para subsistência; a agregação de renda com a qualificação das atividades; a tranquilidade da vida no campo; a possibilidade de gerenciar seus negócios; a flexibilidade de horários que as atividades rurais propiciam; ficar próximo aos familiares; e dar sequência às raízes históricas da família, conforme as razões expostas na Tabela 2.

Tabela 2. Principais motivações dos jovens da Casa Familiar Rural Regional de Alpestre/RS para ficar na propriedade, 2021

Aspectos relacionados às motivações para ficar na propriedade	Frequência	%
Qualidade de vida	42	70%
Agregação de valor e renda a propriedade	38	63%
Manter o vínculo com a família	12	20%
Possibilidade de gerenciar seu empreendimento	10	16%
Ascensão financeira	8	14,5%
Estrutura da propriedade	2	3%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Haja vista o universo amostral dos 60 jovens entrevistados, dentre as motivações para permanecer no meio rural, a mais presente nas justificativas foi a qualidade de vida do meio rural, aparecendo nas externalizações de 70% dos alunos amostrados. A qualidade de vida no meio rural foi citada por Kageyama (2008) como um dos indicadores do modelo para mesurar o desenvolvimento rural de uma comunidade rural. Sem embargo, quando examinam a





qualidade de vida, Castro e Fracolli (2013) avultam que as dimensões consideradas devem ir além da econômica, perpassando pelos aspectos educacionais, acesso à infraestrutura, saúde, moradia, qualidade do trabalho, alimentação e bem-estar físico e mental.

É consenso que o conceito de qualidade de vida está em construção, agregando importantes dimensões. Floriano (2009) certifica que a elaboração e implantação de políticas públicas adequadas ao meio rural são primordiais para reduzir a migração do campo para a cidade, diminuir desigualdades sociais, melhorar a qualidade de vida da população rural e promover ascensão social. Já a segunda motivação que esteve presente em 63% das justificativas dos jovens para permanecer no meio rural diz respeito à agregação de valor e renda às propriedades, esta pode se dar intensificando as atividades produtivas, qualificando esses processos e, para tanto, a busca pela realização do Ensino Médio com a concomitante qualificação para a agricultura familiar já sinaliza que os jovens estão procurando essas oportunidades.

Nesse caminho, no que toca à percepção dos jovens sobre o que dificulta o processo de sucessão nas propriedades, citaram: “A falta de estrutura na propriedade” (A. 6); “Diálogo entre os familiares” (A. 13); “Por ser mulher ainda há problemas com preconceito, tanto familiar quanto social” (A. 16); “Pouca área de terra” (A. 20); “Irmão mais velho como potencial sucessor. Pouca visibilidade da mulher no campo. Diálogo com todos os membros da família para tomada de decisões” (A. 29); “Terreno difícil de trabalhar, pouca terra, pouca estrutura” (A. 43). Os principais enfoques estão discriminados na Figura 3.

Figura 3. Principais dificuldades no processo de sucessão familiar de jovens amostrados da Casa Familiar Rural Regional de Alpestre/RS, 2021



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Assim como o diálogo é uma ferramenta significativa no processo de construção da sucessão familiar, o mesmo se aplica ao contrário, a falta de diálogo foi apontada como um dos principais condicionantes às desmotivações em suceder a propriedade rural. Mas, vale registrar





que apenas 13,3% dos entrevistados alegaram que suas famílias não estão discutindo o processo de sucessão familiar (Tabela 1). Em seguida, foram denotadas a relação familiar, a concentração do processo de tomada de decisão nos pais ou nos avôs, a falta de estruturação das atividades produtivas, as baixas áreas de terra e as dificuldades financeiras.

A falta de políticas públicas que estimulem e potencializem a sucessão também foi mencionada. Atinente a isso, Farah (2013) reforça que as políticas públicas são ferramentas basilares na regulação de processos, promovem acessos a serviços e normatizam âmbitos da sociedade, inserindo o estado no processo. A falta delas pode dificultar os processos de ascensão social, precipuamente dos jovens e suas famílias com vulnerabilidade social maior. Por essa razão, a presença do estado é indispensável para a equidade no meio rural (CAZELLA *et al.*, 2016).

Outro fator aludido, em especial pelas jovens, foram questões relacionadas a gênero e preconceito, que ainda são intensas no cenário rural, dificultando o processo sucessório, sendo as famílias resistentes acerca das meninas e mulheres estarem à frente dos empreendimentos rurais, como consequência, são mais intenso os fenômenos de masculinização do rural. Costa, Froehlich e Carpes (2013), analisaram o processo da maioria de homens dentre a população rural, nos diferentes sistemas agrários do Rio Grande do Sul. Os resultados revelaram que esse fenômeno está amplamente instalado na faixa etária de 15 a 24 anos, podendo repercutir em uma tendência geral de agravamento do processo no futuro, uma vez que essa condição tende a ser repassada para a população adulta, que hoje já está bastante masculinizada.

Casa Familiar Rural

O praticar da Pedagogia da Alternância possibilita a interação entre alunos, escola e família, tendo seu alicerce no ver, refletir e agir. Nessa ótica, buscou-se compreender a percepção dos jovens da Casa Familiar Rural a respeito da interação entre as bases e o tripé da alternância. Dentre os principais motivos que levaram os jovens a estudar na CFR, distinguiram-se: “O conhecimento sobre a agricultura e o saber gerenciar” (A. 17); “Pelo ensino de qualidade e por ser por alternância” (A. 24); “O interesse em estudar em uma escola diferencial, que trabalha com o ensino voltado para a agricultura” (A. 33); “Por causa de sua estrutura, e métodos de ensino diferenciados” (A. 37); “Por ser uma escola diferente das demais, fiz a escolha de ter minha formação nela, pelos motivos de eu já morar no interior, obter conhecimentos sobre como continuar na propriedade, trabalhando, melhorando os manejos nas atividades, fazendo com que a propriedade gere mais lucros” (A. 55).

Os jovens, em suas externalizações, frisaram como motivação para estudar na CFR, principalmente, a metodologia de alternância, a proximidade com a realidade das propriedades





rurais, a relação com a agricultura, a busca pela qualificação profissional voltada às atividades produtivas e à preparação para a sucessão com visibilidade. Nesse campo, Reuben Soto (1990) já sustentava que a invisibilidade é um dos principais fatores que bloqueiam o desenvolvimento das potencialidades dos jovens, limitando suas participações no processo de tomada de decisões. No processo participativo e dialogado proposto pela Pedagogia da Alternância, os jovens passam a se sentir parte do processo, tendo suas prioridades trazidas para o debate, consoante salienta Amaral (2002).

A participação da família se configura marcante no processo pedagógico e mais expressiva no trabalho da Pedagogia de Alternância. Nawroski (2010, p. 144) adverte que, “ao partir da realidade dos alunos, a categoria trabalho aparece como elemento próximo à vida dos jovens que se sentem motivados pelo fato da escola tratar do tema que está diretamente ligado as suas vidas”, estando os temas geradores ligados diretamente com a vida dos jovens e suas famílias. A percepção e a motivação das famílias tangente ao espaço educativo é um importante indicador do quanto estão envolvidas na consolidação dos projetos. A Tabela 3 apresenta a avaliação familiar referente ao vínculo do jovem com a CFR:

Tabela 3. Percepção da família dos jovens a respeito do vínculo com a Casa Familiar Rural Regional de Alpestre/RS, 2021

Grau de importância	Frequência	%	% acumulado
Muito importante	36	60%	60%
Importante	21	35%	95%
Nem muito nem pouco importante	3	5%	100%
Pouco importante	0	0%	100%
Nada importante	0	0%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Quanto à percepção das famílias, a grande maioria considerou importante e muito importante o vínculo direto com a CFR, sendo 95% dos entrevistados, e apenas 5% não julgaram nem muito e nem pouco importante. As famílias vislumbravam a Casa Familiar Rural como um local onde o processo de participação é significativo, em que o aprender pedagógico se aproxima da prática cotidiana e da rotina agrícola das famílias rurais. Corrobora com os achados da presente pesquisa a investigação de Ferreira (2013, p. 107), a autora constata que uma “preocupação dos pais é possibilitar, através dos estudos, que não tiveram oportunidade de ter, uma melhoria na qualidade de vida, continuidade da produção familiar e manter o vínculo com a terra”. No encadeamento da Pedagogia da Alternância, a família assume um papel de protagonismo na inter-relação entre a teoria e prática.

Quando os jovens foram questionados se o sistema de alternância oportunizava maior possibilidade de desenvolver as atividades produtivas na propriedade, 91,6% concordaram com





a afirmação; já 6,7% dos amostrados não concordaram nem discordaram; e, por fim, 1,7% discordaram da afirmativa. A proximidade entre os temas geradores abordados durante a alternância, a metodologia proposta, aliando a teoria com a prática, são fatores que contribuem para que, na percepção dos jovens, a alternância fortaleça as atividades desenvolvidas na propriedade. Sandri (2004) também avista, em sua pesquisa (um estudo de caso no qual focalizou a contribuição da Pedagogia da Alternância para o desenvolvimento rural), que a construção, planejamento e operacionalização dos projetos profissionais de vida dos jovens auxiliam no fortalecimento das atividades rurais e na busca pelo protagonismo jovem na propriedade e desenvolvimento rural.

Dessa maneira, pretendeu-se avaliar se os projetos de vida desenvolvidos na propriedade, com a supervisão e assistência da CFR, propiciam o compartilhamento da tomada de decisão com os jovens sobre a elaboração dos projetos profissionais e de vida. Oliveira e Benevenuto (2019, p. 10) inferem que “a elaboração do projeto ao longo do processo de formação torna-se um instrumento de pesquisa, de reconhecimento pelo próprio jovem das práticas da sua família e, de forma mais geral, da agricultura familiar”. A Tabela 4 traz a percepção dos jovens acerca da realização dos projetos de vida e se influenciam no processo de tomada de decisão na propriedade:

Tabela 4. Projetos de vida x tomada de decisão de jovens da Casa Familiar Rural Regional de Alpestre/RS, 2021

Escala de Likert	Frequência	%	% acumulado
Concordo totalmente	19	31,7%	31,7%
Concordo	31	51,7%	83,4%
Não concordo nem discordo	9	15%	98,4%
Discordo	0	0%	98,4%
Discordo totalmente	1	1,6%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

A compreensão da realidade dinâmica e complexa é essencial dentro da elaboração e operacionalização dos projetos de vida dos jovens, tendo como um dos objetivos a inserção destes no processo de planejamento e tomada de decisão. Nessa condição, 83,4% dos jovens amostrados acreditavam que os projetos de vida contribuem na discussão e no processo de tomada de decisão na propriedade; 15% não concordaram e nem discordaram; e 1,6% discordaram da afirmação. Trabalhar os projetos a partir da realidade em que o jovem está inserido, procurando ampliar os horizontes e viabilizar novas iniciativas produtivas que potencializem a diversificação de atividades é uma das finalidades da consolidação dos projetos.





Bohn (2019) destaca que a elaboração do projeto profissional de vida do educando e sua família acontece com base no plano de formação, que consiste na realização de diagnósticos participativos na família e na comunidade. Nesse sentido, os jovens foram questionados se os ensinamentos adquiridos na CFR interferiam na condução da propriedade, sendo que 50% concordaram com a assertiva; 25% dos jovens não concordaram e nem discordaram; e 25% discordaram, não enxergando interferência dos conteúdos trabalhados na CFR com a condução da propriedade.

Por outro lado, quando os jovens foram inquiridos se os ensinamentos adquiridos na CFR influenciavam a sua permanência no campo, 73,4% concordaram e 26,6% não concordaram e nem discordaram da afirmação. A grande parte dos jovens rurais alternantes conseguiu perceber a influência das ações desenvolvidas na CFR com foco na sucessão e permanência nas atividades rurais. Com metodologia voltada à realidade dos jovens, em que suas vivências são discutidas e seu protagonismo estimulado, esses sujeitos enxergaram maiores possibilidades, seja de intensificação de uma atividade, ou o desenvolvimento da pluriatividade dentro da propriedade, incentivando a sucessão.

Os dados da presente pesquisa validam Chagas (2006), que assinala a questão de como o currículo diferenciado das Casas Familiares se insere na relação escola e mundo do trabalho, produzindo interesse para as atividades do campo, estimulando debates e proposições particularmente no que diz respeito ao universo contextual dos trabalhadores do campo. Os jovens, tendo suas demandas diárias ouvidas e discutidas dentro do contexto local, conseguindo fazer a associação da teoria e prática, recebem incentivo ao processo de discussão sucessória. Sendo assim, os estudantes foram questionados se os conteúdos trabalhados na CFR têm relação direta entre teoria e prática na propriedade – 93,3% dos amostrados concordaram com essa relação; 5% dos jovens não concordaram e nem discordaram; e 1,7% dos alunos discordaram da nitidez dessa relação entre teoria e prática.

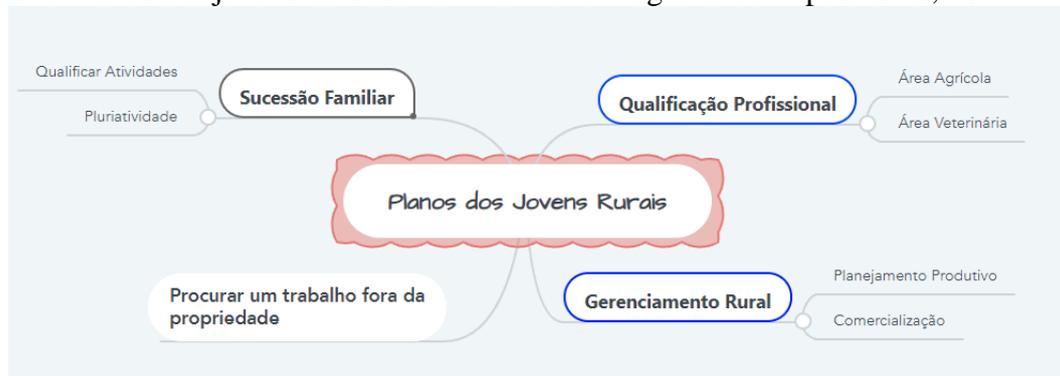
De modo geral, a imensa maioria dos jovens conseguiu assimilar a relação entre teoria e prática desenvolvida através dos planos de ensino trabalhados pela CFR de Alpestre-RS. Também, a partir da pesquisa, intentou-se compreender quais são os sonhos, anseios e planejamento para o futuro dos jovens amostrados. Dentre as externalizações, sobressaíram: “Fazer um Técnico em Agropecuária” (A. 12); “Conseguir evoluir a propriedade e melhorar a qualidade de vida” (A. 15); “Buscar um pós-médio sempre pensando no melhoramento da propriedade” (A. 16); “Ficar na propriedade, expandir nossa propriedade e construir uma família na propriedade” (A. 34); “De fazer sucessão na propriedade e fazer um curso superior voltado à minha realidade” (A. 39). As externalizações dos jovens perpassam pelos campos de





continuar os estudos, melhorar a propriedade e agregar valor e renda, tal como mostra a Figura 4.

Figura 4. Planos dos jovens da Casa Familiar Rural Regional de Alpestre/RS, 2021



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A busca pela qualificação profissional esteve presente na externalização de 65% dos jovens, as áreas de maior interesse dividiram-se entre áreas agrícolas (Técnico Agrícola, Pós-Médio, Técnico em Agropecuária, Agronomia etc.) e área veterinária. Por seu turno, a procura pela qualificação e melhoria do gerenciamento da propriedade esteve presente em 58% das manifestações dos jovens, incluindo um planejamento produtivo com intensificação de atividades, produção de alimentos e produtos para comercialização. Analisando as percepções relativas diretamente à sucessão familiar, cerca de 55% dos entrevistados citaram a sucessão da propriedade como um dos seus objetivos, este estando em linha reta com a pluriatividades e a diversificação das atividades produtivas rurais. Quanto às perspectivas de procurar um trabalho fora da propriedade, esta expectativa foi levantada por 28% dos jovens amostrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou analisar a percepção dos jovens que estudavam na Casa Familiar Rural Regional de Alpestre-RS, em regime de Pedagogia de Alternância, sobre as possibilidades de sucessão rural em suas famílias. Dessa forma, o estudo demonstrou que os jovens estudantes têm reconhecido a agricultura familiar com uma opção viável para sua família nos últimos anos e consideram que a propriedade de sua família apresenta potencial produtivo para oportunizar a sucessão familiar. Constatou-se, ainda, que suas famílias dão suporte para a continuidade do trabalho agrícola, motivando-os a permanecer, principalmente pela qualidade de vida que o meio rural vem proporcionando. No entanto, os jovens apontam a falta de diálogo como um dos principais condicionantes para a desmotivação de sucessão familiar.





Percebeu-se que os jovens procuram estudar na CFR especialmente pela metodologia de alternância, a proximidade com a realidade das propriedades rurais e a busca pela qualificação profissional. De acordo com os estudantes, os ensinamentos na CFR têm surtido efeito positivo em seus vínculos e estimulado a visibilidade para a sucessão familiar.

Dessa maneira, conclui-se que, na percepção dos jovens amostrados, a sucessão rural se mantém um processo de construção e diálogo, sendo fundamental o fortalecimento de políticas públicas que potencializem as atividades produtivas desenvolvidas pelas propriedades rurais. À vista disso, novas pesquisas podem contribuir na busca das políticas públicas existentes e acessadas por esses jovens.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.
- AMARAL, Sandra Raimundo de Moura. **A Escola Família Agrícola e o desenvolvimento comunitário profissional**: um estudo avaliativo da EFA de Olivânia em Anchieta no espírito Santo no período de 1979-2000. 2002. 218 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOHN, Wagner Rogério. **Plano de trabalho**: Casa Familiar rural de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul. Alpestre, 2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.349, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 07 jul. 2023.
- BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latino-americana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud**, Manizales/Colombia, v. 17, n. 2, p. 262-296, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11600/1692715x.17212>.
- BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura familiar**: a situação da mulher na agricultura do RS. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- CARNEIRO, Maria Jose Teixeira. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luis Flávio (org.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- CARVALHO, Amanda Loiola de; RODRIGUES, Francisco Xavier Freire; GRZEBIELUCKAS, Cleci. Sucessão: Dilemas encontrados pela juventude para permanência no campo. **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas**, Tangará da Serra, v.1 n. 1, p. 113-128, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/politikcon/article/view/5354>. Acesso em: 06 out. 2021.
- CARVALHO, D. M.; SANTOS, A. B.; SOUZA JÚNIOR, J.P.; FERRER, M. T. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. 47º Congresso da SOBER. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf>. Acesso em: jun. 2023.





- CASTRO, Danielle Freitas Alvim de; FRACOLLI, Lislaine Aparecida. Qualidade de vida e promoção da saúde: em foco as gestantes. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 37, n. 2, p.159-165, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15343/0104-7809.2013372159165>.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.
- CAZELLA, Ademir Antonio *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. Especial, p. 49-79, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p49>.
- CHAGAS, Rita de Cácia Santos. **Porta giratória entre o espaço da Pedagogia da Alternância da Escola Família Agrícola Mãe Jovina e o Campo**: um diálogo possível? 2006. 89 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- COSTA, Cassiane da; FROEHLICH, José Marcos; CARPES, Ricardo Howes. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira De Estudos De População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 465-483, jul./dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000200007>.
- EMATER. **Apresentação Emater-RS/Ascar**. 2021. Disponível em: <http://www.emater.tcche.br/site/>. Acesso em: 14 set. 2021.
- ESPÍNDOLA, Daniel. Nuevo enfoque de políticas públicas de juventud rural. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL LA REVALORIZACIÓN DE LOS GRUPOS PRIORITARIOS EN EL MEDIO RURAL, 2002. **Anais...** Ciudad de México, 2002.
- ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural**: a formação com base na Pedagogia da Alternância. 2001. 126 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. A contribuição da administração pública para a constituição do campo de estudos de políticas públicas. *In*: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Fiocruz, 2013. p. 91-127.
- FERREIRA, Alciléa Maria Araújo. **A pedagogia da alternância na escola família agroextrativista do Maracá e suas contribuições para o desenvolvimento local**. 2013. 135 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.
- FLORIANO, Cinthya Oliveira. Identificação da Qualidade de Vida no Meio Rural do Município de Major Vieira. **Ágora: Revista de Divulgação Científica**, Mafra, v. 16, n. 1, p. 99-107, 2009. DOI: <https://doi.org/10.24302/agora.v16i1.10>
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIMONET, Jean Claude. **Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFA's**. Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR-Associação Internacional dos Movimentos Familiares Rurais, 2007.
- GIRARDI, Edmar *et al.* **Plano estratégico de desenvolvimento da região do Médio Uruguai**: 2015-2030: CODEMAU. Frederico Westphalen: Grafimax, 2017.
- GOWACKI, Cleusa F.; BERNARTT, Maria de Lourdes; TEIXEIRA, Glademir Alves. **Casa familiar rural e pedagogia da alternância**: alternativa teórico-metodológica adequada para a educação do campo. UTFPR. Pato Branco, 2007.





- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, [2010]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alpestre/panorama>. Acesso em: 06 out. 2021.
- KAGEYAMA, Angela Antonia. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.
- LIKERT, Rensis. A Technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, New York, v. 140, p. 155, 1932.
- NAWROSKI, Alcione. **Aproximações entre a Escola Nova e a Pedagogia da Alternância**. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- OLIVEIRA, Edmar Geraldo de. **O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista–MG**. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) – Centro Universitário de Caranga, Caranga, MG, 2006.
- OLIVEIRA, Eric de; BENEVENUTO, Mônica Aparecida Del Rio. Contribuição da Pedagogia da Alternância e do projeto profissional jovem nos projetos de vida de jovens egressos da EFA de Jaguaré/ES. **Revista Brasileira de Educação no Campo**, Tocantinópolis, v. 4, n. e7245, p. 1-26, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7245>.
- PIATTI, Célia Beatris. Pedagogia da alternância: espaços e tempos educativos na apropriação da cultura. **Boletim GEPEP**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 48-64, 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/gepep/3e.pdf>. Acesso em: 06 out. 2021.
- PIEPER, Naiara Walter. **Sucessão rural familiar**: desafios e perspectivas no município de Catuípe – RS. 2014. 101 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.
- PORTILHO, Edilene Santos. **Pedagogia da Alternância**: educação e natureza em casas familiares rurais da região Tocantina, PA. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2008.
- PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Águedo Nagel; RAMOS, Marília Patta. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. In: CODE 2011 – CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, 2011. p. 1-20.
- REUBEN SOTO, William. **La juventud rural en América Latina y em Caribe**. San José: IICA, 1990.
- SANDRI, Terezinha. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento rural**: um estudo sobre a Casa Familiar Rural de Reserva – Paraná. 2004. 162 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2004.
- SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- TEIXEIRA, Edival Sebastião; ANTUNES, Letícia Cristina. Casas familiares rurais e desempenho escolar: um estudo na região Sudoeste do Paraná. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 951-969, 2011. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416x2011000300017. Acesso em: 06 out. 2021.
- TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, 2008.





TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, out./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768>.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B0624p/B0624p.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021.

ZONIN, Valdecir José. A juventude rural no oeste de Santa Catarina: dinâmicas sucessórias desafiadoras. *In*: KROTH, Darlan Christiano; ZONIN, Valdecir José (orgs.). **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar**. Curitiba: Appris, 2021. p. 309-332.



Informações do Artigo	Article Information
<p>Recebido em: 10/07/2023 Aceito em: 15/10/2023 Publicado em: 20/10/2023</p>	<p>Received on: 2023/07/10 Accepted in: 2023/10/15 Published on: 2023/10/20</p>
<p>Contribuições de Autoria <u>Resumo:</u> Valdecir José Zonin <u>Introdução:</u> Valdecir José Zonin <u>Referencial teórico:</u> Nain Nagára <u>Análise de dados:</u> Éliester Lilian Brum Balestrin Fanin, Tatiane dos Santos <u>Discussão dos resultados:</u> Éliester Lilian Brum Balestrin Fanin, Tatiane dos Santos <u>Conclusão:</u> Ivan Maurício Martins, Éliester Lilian Brum Balestrin Fanin, Tatiane dos Santos <u>Referências:</u> Ivan Maurício Martins <u>Revisão do manuscrito:</u> Éliester Lilian Brum Balestrin Fanin, Tatiane dos Santos, Valdecir José Zonin <u>Aprovação da versão final publicada:</u> Éliester Lilian Brum Balestrin Fanin, Tatiane dos Santos, Valdecir José Zonin, Ivan Maurício Martins</p>	<p>Author Contributions <u>Abstract:</u> Valdecir José Zonin <u>Introduction:</u> Valdecir José Zonin <u>Theoretical Reference:</u> Nain Nagára Data analysis: Éliester Lilian Brum Balestrin Fanin, Tatiane dos Santos <u>Discussion of results:</u> Éliester Lilian Brum Balestrin Fanin, Tatiane dos Santos <u>Conclusion:</u> Ivan Maurício Martins, Éliester Lilian Brum Balestrin Fanin, Tatiane dos Santos <u>References:</u> Ivan Maurício Martins <u>Manuscript review:</u> Éliester Lilian Brum Balestrin Fanin, Tatiane dos Santos, Valdecir José Zonin <u>Approval of the final published version:</u> Éliester Lilian Brum Balestrin Fanin, Tatiane dos Santos, Valdecir José Zonin, Ivan Maurício Martins</p>
<p>Conflitos de Interesse Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.</p>	<p>Interest conflicts Declare that there is no conflict of interest. Suggestive text: The authors declare that there is no personal, commercial, academic, political or financial conflict of interest regarding this manuscript.</p>
<p>Como Citar este artigo – ABNT SANTOS, Tatiane et al. A sucessão familiar pela percepção de jovens alunos da Casa Familiar Rural Regional de Alpestre/RS - Brasil. Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071017, Jan.-Dez., 2023. DOI: https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.958.</p>	<p>How to cite this article - ABNT SANTOS, Tatiane et al. Family succession by the perception of young students of the Regional Rural Family House of Alpestre/RS - Brazil. Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071017, Jan.-Dez., 2023. DOI: https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.958.</p>
<p>Licença de Uso A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.</p>	<p>Use license The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any medium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.</p>